



Guia destinado aos utilizadores do
**processo europeu para ações
de pequeno montante**

Breve introdução aos principais aspetos práticos da utilização
do processo com base no regulamento aplicável

Guia destinado aos utilizadores do
**processo europeu para ações
de pequeno montante**

Breve introdução aos principais aspetos práticos da utilização do processo com base no regulamento aplicável

Sobre o presente guia

O presente guia tem por objetivo apresentar uma introdução direta ao processo europeu para ações de pequeno montante, a seguir designado por «PEAPM». O guia foi concebido para ajudar os utilizadores a compreenderem a implicação de cada fase do PEAPM. Em particular, visa ajudar a parte que deseja iniciar uma ação ao abrigo do PEAPM e também a parte contrária.

O guia é relativamente curto e simples para facilitar o acesso e a compreensão. Não entra propositadamente em grandes pormenores, a fim de descrever os vários aspetos do processo de forma tão breve e simples quanto possível.

Para uma descrição mais pormenorizada do PEAPM, bem como informações adicionais que permitam aos seus utilizadores uma compreensão mais aprofundada deste processo, remete-se para o guia prático publicado em paralelo, ao qual o presente guia destinado aos utilizadores faz referência na maioria dos seus pontos através da menção «GP X.X».

A fim de facilitar a consulta, este guia é dividido em várias partes, como se segue:

Índice

Introdução: Ponderar iniciar uma ação judicial para cobrar um crédito transfronteiriço na União Europeia	5
Primeira Parte: Objetivo, utilizações e âmbito de aplicação do PEAPM	8
Segunda Parte: Custas judiciais e outras despesas	12
Terceira Parte: Levar uma ação de pequeno montante a tribunal	16
Quarta Parte: Resposta ao pedido	22
Quinta Parte: Chegar à decisão	26
Sexta Parte: Após a decisão	30

Introdução: Ponderar iniciar uma ação judicial para cobrar um crédito transfronteiriço na União Europeia

Na presença de um crédito transfronteiriço em que o requerente não consegue cobrar a dívida nem fazer cumprir a obrigação em relação ao crédito, ou acordar um pagamento aceitável do mesmo, poderá ser necessário intentar uma ação judicial. Nesse caso, podem ser aplicados vários procedimentos, dependendo do montante e da natureza do crédito e da existência ou inexistência de contestação.

Por conseguinte, antes de intentar uma ação judicial para a cobrança de um crédito, um particular ou uma empresa a operar na União Europeia (UE) deve decidir sobre qual o procedimento específico a aplicar. A sua decisão dependerá em grande medida das circunstâncias de cada caso individual, uma vez que os procedimentos disponíveis, apesar de se sobreporem parcialmente uns aos outros, visam efetivamente dar resposta a situações diferentes.

Em que situações pode ser útil recorrer ao PEAPM?

O PEAPM aplica-se a créditos até 5 000 euros, incluindo outros créditos para além dos que preveem o pagamento em dinheiro, e pode ser utilizado quando se trate de um crédito contestado ou não contestado. Pretende-se que o PEAPM seja relativamente rápido e menos oneroso do que os processos normais. Revela-se particularmente útil para os requerentes que não desejam ser assistidos ou representados por um advogado, uma vez que não é obrigatória representação jurídica.

O PEAPM pode ser utilizado para a maioria das ações sobre créditos transfronteiriços, de natureza civil e comercial, incluindo os decorrentes de contratos, de ações de indemnização por perdas e danos e de entrega de mercadorias. Alguns tipos de ações estão, todavia, excluídos do PEAPM; estes incluem os casos de direito da família e em matéria de prestações de alimentos, de ações em matéria de trabalho e segurança social e de processos de falência.

O PEAPM é basicamente um processo escrito conduzido através de formulários modelo. Só se realiza uma audiência nos casos em que não é possível formar uma decisão com base nas provas escritas ou se uma das partes o requerer e o tribunal considerar que é necessária para decidir o caso ou por razões de equidade. Além disso, os requerentes que recorrem ao PEAPM podem beneficiar de apoio no preenchimento do formulário de requerimento. Os tribunais são obrigados a fornecer orientações sobre as questões processuais.

Outros procedimentos de cobrança de créditos transfronteiriços

Para a resolução de problemas em ações que envolvam consumidores, é possível recorrer aos mecanismos de resolução alternativa de litígios. A **Diretiva RAL** prevê regras para a resolução extrajudicial de litígios nos Estados-Membros que asseguram a qualidade das entidades de resolução de litígios. É possível utilizar a **plataforma de RLL** para enviar

reclamações decorrentes de contratos de venda ou de serviços em linha entre consumidores e comerciantes para uma entidade de resolução de litígios aprovada.

Se for considerado um processo judicial, o PEAPM está disponível para créditos cujo valor não exceda 5 000 euros e que não estejam excluídos do âmbito de aplicação. Antes de se optar por recorrer ao PEAPM, é aconselhável verificar se existe outro procedimento recomendado ou obrigatório para o tipo de crédito em causa. Encontram-se disponíveis na UE as seguintes opções para a cobrança de créditos transfronteiriços:

- Para todas as ações de cobrança **transfronteiriça de prestações de alimentos**, é aplicável o Regulamento Obrigações Alimentares. Para mais informações, consultar a secção «Obrigações alimentares» no Portal Europeu da Justiça: https://e-justice.europa.eu/content_maintenance_obligations-355-pt.do
- Para ações transfronteiriças relativas a **testamentos e sucessões**, é aplicável o Regulamento Sucessões. Para mais informações, consultar a secção «Sucessões» no Portal Europeu da Justiça: https://e-justice.europa.eu/content_succession-538-pt.do
- Para os créditos não contestados, em que foi proferida uma ordem judicial ou outra decisão que confirma o direito a uma quantia em dinheiro, é conveniente utilizar o **título executivo europeu («TEE»)**. Para mais informações sobre o TEE, consultar o Guia Prático para a aplicação do Regulamento relativo ao Título Executivo Europeu disponível em: http://ec.europa.eu/civiljustice/publications/docs/guide_european_enforcement_order_pt.pdf

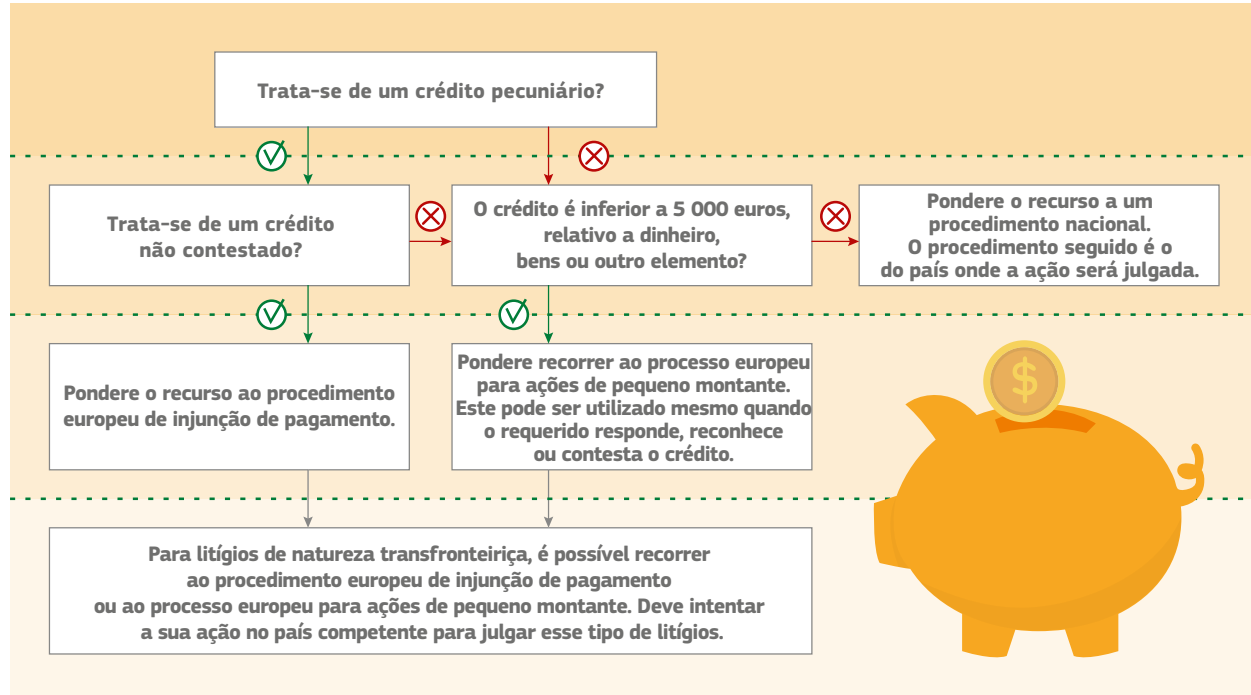
- Para as ações pecuniárias que não são prestações de alimentos, em relação às quais o requerente pense que **não são nem serão contestadas**, o procedimento **europeu de injunção de pagamento (IPE ou injunção de pagamento europeia)** revela-se adequado. Esta opção é particularmente interessante para os requerentes que pretendem recuperar dívidas pecuniárias de vários devedores, uma vez que é um procedimento concebido para tornar muito rápida a cobrança de créditos não contestados. Também foi concebido especificamente para que os pedidos possam ser apresentados por via eletrónica, quando esta está disponível. Para mais informações sobre a IPE, consultar o Guia Prático para a aplicação do Regulamento relativo ao procedimento europeu de injunção de pagamento, disponível em: <http://ec.europa.eu/justice/civil/document/>
- Para outros tipos de ações em matéria civil e comercial, incluindo os créditos de valor superior a 5 000 euros, é possível recorrer aos procedimentos nacionais disponíveis, apesar de alguns Estados-Membros estarem previstos procedimentos especiais para determinados tipos de créditos. Existem normas da UE que determinam qual é o tribunal competente para julgar litígios abrangendo vários Estados-Membros. Para executar uma decisão ou ordem judicial proferida por um tribunal nacional noutro Estado-Membro, deve ser aplicado o procedimento previsto pelo Regulamento Bruxelas I (reformulado). Para informações sobre este regulamento, consultar o Portal Europeu da Justiça, secção «Regulamento Bruxelas I (reformulado)»: https://e-justice.europa.eu/content_brussels_i_regulation_recast-350-pt.do. O Portal Europeu da Justiça contém muito material sobre ações transfronteiriças na União Europeia em matéria civil e comercial⁽¹⁾.

(¹) Ver https://e-justice.europa.eu/content_going_to_court-32-pt.do

Escolha do procedimento

O requerente pode escolher entre vários procedimentos judiciais; como deve ser feita a escolha?

O diagrama que se apresenta seguidamente permite conhecer os diferentes procedimentos correspondentes às várias situações.



PRIMEIRA PARTE

*Objetivo, utilizações
e âmbito de aplicação
do PEAPM*



1.1 Em que consiste o processo europeu para ações de pequeno montante? – GP 1.1

O PEAPM é um tipo de processo judicial que permite intentar uma ação em matéria civil na UE:

- Aplica-se apenas a ações transfronteiriças: ver 1.2;
- Aplica-se a créditos até 5 000 euros: ver 1.4;
- Pode ser utilizado para créditos pecuniários e não pecuniários;
- Pode ser utilizado para créditos contestados e não contestados;
- Não implica forçosamente a representação por um advogado que, embora não sendo necessária, também não é proibida;
- Foi concebido para ser relativamente rápido, de fácil utilização e menos oneroso do que outros procedimentos;
- Não substitui os procedimentos nacionais da mesma natureza e tem, portanto, carácter facultativo, o que significa que, quando é aplicável para determinado litígio, também existe normalmente um procedimento nacional alternativo para regular o litígio, cabendo ao requerente decidir por qual procedimento opta.

1.2 Em que consiste um processo judicial transfronteiriço? – GP 2.2.2

Trata-se de um processo em que pelo menos uma das partes não está domiciliada no Estado-Membro onde se encontra o tribunal em que foi instaurada a ação².

O momento relevante para determinar o carácter transfronteiriço de um processo é a data em que o pedido é recebido no tribunal competente.

1.3 Que tipo de ações podem ser instauradas com recurso ao PEAPM? – GP 2.1.4

O PEAPM pode ser utilizado para a maioria das ações cíveis e comerciais, tais como:

- Pedidos de pagamento de uma quantia monetária;
- Pedidos relativos a danos decorrentes de um acidente;
- Pedidos relativos à entrega de mercadorias ou outros bens móveis;
- Pedidos visando obrigar uma pessoa a executar um contrato;
- Pedidos visando pôr cobro ou impedir um ato ilegal.

(²) Importa ter presente que a Dinamarca não está vinculada pelo Regulamento, pelo que uma ação intentada contra uma parte na Dinamarca terá de seguir os trâmites do procedimento nacional dinamarquês aplicável.

1.4 Como posso saber se um pedido não ultrapassa 5 000 euros? – GP 2.1.1

Se o pedido diz respeito ao pagamento de uma quantia monetária, o valor do pedido corresponderá ao da referida quantia.

Se o pedido não diz respeito ao pagamento de uma quantia monetária, é necessário quantificar esse pedido não pecuniário – GP 2.1.2.

Se existir igualmente uma eventual ação pecuniária que será intentada caso o pedido não pecuniário não seja satisfeito, tal deve ser indicado em separado.

Para efeitos de cálculo do valor do pedido, são excluídos todos os juros, custas e outras despesas.

1.5 Pedidos expressos em euros ou noutra moeda

O valor financeiro do pedido terá de ser expresso na moeda do tribunal que julga a causa. Pode ser apresentado no formulário de requerimento (formulário A), na secção 7. Quando a moeda do tribunal não é a que consta do pedido apresentado pelo requerente, o valor do pedido terá de ser declarado na moeda adequada, convertendo o montante requerido para a moeda utilizada pelo tribunal. O pedido deve então ser apresentado na referida moeda, conforme indicado na secção 7 do formulário de requerimento.

Além disso, uma vez que o euro não é a moeda de todos os Estados-Membros, para determinar se um pedido não ultrapassa 5 000 euros, o requerente deve converter o montante do pedido em euros na data em que a ação é apresentada no tribunal. Não é necessário indicar o valor em euros no formulário de requerimento, a menos que a moeda utilizada pelo tribunal no qual é apresentado o pedido seja o euro.

Os Estados-Membros podem ter procedimentos específicos para a conversão das moedas, pelo que, quando é necessário fazer uma conversão, é aconselhável contactar o tribunal com antecedência a fim de conhecer as disposições aplicáveis. Os tribunais estão também em posição de aconselhar se estão preparados para aceitar pedidos apresentados noutra moeda que não seja a do Estado-Membro em causa.

1.6 Existem ações cíveis que não podem ser instauradas com recurso ao PEAPM? – GP 2.1.3

Algumas ações cíveis estão excluídas do PEAPM, conforme descrito no artigo 2.º do Regulamento PEAPM, como é o caso dos pedidos decorrentes de obrigações de alimentos e de contratos de trabalho. Os pedidos em matéria fiscal, aduaneira ou administrativa também são excluídos.

Outros tipos de pedido não são considerados de natureza civil ou comercial; para mais informações sobre a natureza das ações, ver GP 2.1.5.

1.7 É necessário nomear um advogado a fim de utilizar o PEAPM? – GP 9.1.1

Não é necessário nomear um advogado, mas também não é proibido fazê-lo.

O recurso a um advogado por uma das partes numa ação ao abrigo do PEAPM pode ter implicações na atribuição das despesas pelo tribunal: ver GP 9.1.2 e a Segunda Parte do presente guia.

SEGUNDA PARTE

*Custas judiciais e outras
despesas*



2.1 Quanto custa recorrer ao PEAPM? – GP 3.4

Na maioria dos Estados-Membros da UE será necessário pagar uma taxa ao tribunal para apresentar o pedido de abertura do PEAPM. As modalidades de pagamento desta taxa são definidas pelo requerente na secção 6 do formulário de requerimento (formulário A).

O montante em causa varia — mais informações sobre os custos ou o respetivo cálculo disponíveis no Portal Europeu da Justiça, na secção [Custas judiciais da ação de pequeno montante](#).

Para além desta taxa, pode haver despesas decorrentes do recurso a um advogado e da intervenção de determinadas testemunhas, nomeadamente de peritos.

2.2 Reembolso das despesas incorridas pela parte vencedora

Por norma, o tribunal decide pelo reembolso das despesas da parte vencedora no termo do processo. As despesas incorridas devem ser proporcionais ao crédito e o tribunal não deve atribuir quaisquer despesas desproporcionadas para cobrir os honorários dos advogados³.

2.3 Implicações do PEAPM a nível das despesas

Apesar de se pretender que o PEAPM seja um processo relativamente pouco oneroso, é no entanto norma que o recurso a este processo implique despesas, mesmo não sendo nomeado um advogado. Quando uma parte nomeia um advogado, deve estar ciente da possibilidade de lhe serem imputadas despesas de assistência jurídica, mesmo sendo a parte vencedora no processo em causa.

2.4 Despesas em caso de audiência

Para além do pagamento da taxa de justiça mencionada no ponto 2.1, as partes devem estar cientes de que podem ter de pagar despesas se pedirem uma audiência e o tribunal deferir esse pedido. Neste caso, as partes poderão ter de pagar as despesas com peritos e outras testemunhas, além dos custos de tradução de documentos e de qualquer procedimento especial utilizado na audiência, como a videoconferência. O tribunal deve ter em conta os custos adicionais envolvidos quando o caso requer depoimentos orais das partes e de eventuais testemunhas, e só admitirá a obtenção de provas periciais ou depoimentos orais se não for possível formar a decisão com base noutros elementos de prova.

⁽³⁾ Ver artigo 16.º.

De um modo geral, os custos inerentes a uma audiência devem ser tão reduzidos quanto possível, sendo que o tribunal deve utilizar o método mais simples e menos oneroso de obtenção de provas⁴.

2.5 Quem suporta os custos associados ao PEAPM? – GP 6.4

Em princípio, a parte contra a qual a sentença é proferida pagará as despesas do processo à parte contrária. Como já foi referido, o tribunal avaliará os custos, tendo em conta que estes não serão reembolsados se forem desproporcionados face ao valor da causa ou se forem incorridos desnecessariamente, incluindo os custos incorridos pela parte vencedora para se fazer representar por um advogado.



(⁴) Ver artigo 9.º, n.º 1.

2.6 Despesas de execução

Antes de intentar uma ação, os requerentes fariam bem em examinar todos os elementos que indicam se vale a pena recorrer a este processo. Os elementos a considerar incluem os custos do processo, mas também questões básicas como saber se o requerido possui recursos suficientes para pagar a dívida ou se existe outra forma de atingir este objetivo. Os requerentes também devem estar cientes de que, para além dos custos da ação no âmbito do PEAPM, haverá custos acrescidos se pretenderem dar execução à decisão, particularmente os decorrentes do ou dos montantes reconhecidos.



TERCEIRA PARTE

*Levar uma ação de
pequeno montante
a tribunal*

3.1 Como intentar uma ação – GP 3

Antes de recorrer ao PEAPM, a primeira coisa a fazer é definir a base jurídica da ação e recolher todos os eventuais documentos escritos para a sua fundamentação.

Uma vez recolhida a informação escrita para iniciar o processo, é necessário obter uma cópia do formulário de requerimento, uma vez que o PEAPM é essencialmente um processo assente em documentos.

3.2 Onde é possível obter um formulário de requerimento? – GP 3.2

O formulário de requerimento (formulário A) deve estar disponível em todos os Estados-Membros da UE, em cada órgão jurisdicional onde o PEAPM pode ser iniciado, incluindo os sítios Web nacionais relevantes.

Segundo as normas vigentes em cada Estado-Membro, este formulário também pode ser obtido noutros locais públicos, como bibliotecas públicas, centros de informação e associações de consumidores.

Além disso, as versões eletrónicas do formulário, bem como dos outros formulários do PEAPM, estão disponíveis em todas as línguas oficiais da UE; ver secção «Formulários interativos» do Portal Europeu da Justiça. Seguidamente indica-se a ligação para a versão portuguesa do Portal.

https://e-justice.europa.eu/content_small_claims_forms-177-pt.do

3.3 Como utilizar o formulário de requerimento

O formulário contém instruções detalhadas para o seu preenchimento.

3.4 É facultado apoio para o preenchimento do formulário? – GP 4.1.3

Os Estados-Membros da UE devem assegurar que os requerentes, bem como outras partes, recebem assistência prática no preenchimento dos formulários do PEAPM.

3.4.1 *Assistência prestada por funcionários do tribunal*

A assistência prestada por funcionários do tribunal no preenchimento do formulário não se pode estender à prestação de consultoria jurídica; o aconselhamento no que diz respeito ao mérito da causa pode ser disponibilizado junto de organismos de aconselhamento.

3.4.2 *Outras fontes de assistência*

A assistência no preenchimento do formulário de requerimento é disponibilizada de diversas formas, dependendo das disposições internas de cada Estado-Membro. Em muitos Estados-Membros existem redes de apoio ao consumidor, centros de aconselhamento jurídico e outros centros onde requerentes e requeridos podem obter aconselhamento sobre os formulários e o procedimento no âmbito do PEAPM. Além disso, a rede dos Centros Europeus do Consumidor («CEC»), quando disponível, pode dar conselhos úteis aos consumidores em relação aos pedidos a introduzir a título do PEAPM. Os requerentes e os requeridos são aconselhados a verificar qual o tipo de assistência disponível na sua localidade consultando, por exemplo, o sítio Web da Comissão Europeia⁵ e o Portal Europeu da Justiça⁶.

⁽⁵⁾ Ver http://ec.europa.eu/consumers/ecc/index_en.htm

⁽⁶⁾ Ver ponto 2.2.

3.5 **Solicitar uma audiência** – GP 5.3

Em princípio, o PEAPM é um processo escrito, pelo que as informações a examinar pelo tribunal competente são apresentadas por escrito, não sendo necessária a presença física em tribunal.

O tribunal decide o litígio com base nas informações prestadas pelo requerente e, se o pedido é objeto de contestação, igualmente pelo requerido.

No entanto, o próprio tribunal pode realizar uma audiência se considerar que não é possível formar uma decisão com base nas provas escritas. O requerente e o requerido também têm o direito de solicitar uma audiência. Se tal pedido for apresentado, o tribunal deve realizar uma audiência, salvo se considerar que é desnecessária para garantir o julgamento equitativo do litígio.

Para solicitar uma audiência, o requerente deve preencher a rubrica correspondente no formulário de requerimento, ou seja, a secção 8.3, e apresentar os motivos que justificam o seu pedido. O requerido pode solicitar uma audiência respondendo à pergunta 3 da parte II e apresentando os motivos para tal.

3.6 **Para que tribunal deve ser remetido o requerimento?** – GP 3.1

O tribunal competente para julgar o litígio é normalmente o tribunal do domicílio do requerente ou do domicílio do requerido.

É necessário, em primeiro lugar, identificar os tribunais do ou dos Estados-Membros da UE que são competentes por força da legislação aplicável da UE [Regulamento Bruxelas I (reformulado)]. Para esse efeito, há que examinar as normas em matéria de competência aplicáveis ao caso concreto e, em seguida, identificar o tribunal competente no país em causa.

É importante que os consumidores saibam que podem apresentar o requerimento no tribunal do país onde residem. Para este efeito, entende-se por consumidor a pessoa que não atua no âmbito de uma atividade comercial ou empresarial relacionada com o objeto do litígio em relação ao qual está a ser instaurada a ação (ver, em particular, as normas de competência relativas aos consumidores – GP 3.2.1).

Encontram-se disponíveis mais informações sobre as normas de competência judiciária no Portal Europeu da Justiça.

3.7 Envio do formulário de requerimento ao tribunal – GP 3.6

O formulário de requerimento pode ser enviado ao tribunal por correio ou outro meio de comunicação aceite por este, ou entregue em mão no tribunal.

As informações sobre os meios de transmissão encontram-se disponíveis no Portal Europeu da Justiça e também podem estar disponíveis em sítios Web locais do país em causa.

3.8 Que documentos devem ser enviados com o formulário de requerimento? – GP 3.5

Sendo o PEAPM um processo escrito, todos os documentos necessários para fundamentar o pedido devem ser enviados com o formulário de requerimento. Estes podem incluir comprovativos de encomenda, recibos, faturas, relatórios, correspondência entre as partes e também material fotográfico e de outro tipo. Os documentos necessários dependerão dos factos próprios ao processo. O objetivo pretendido é assegurar que o tribunal dispõe de todas as informações necessárias para fundamentar a sua decisão.

3.9 Em que língua deve ser apresentado o formulário A e os outros documentos? – GP 3.7

O formulário de requerimento e os documentos comprovativos devem ser apresentados na língua do tribunal ou noutra língua aceite por este. Esta informação também deve estar disponível nos sítios Web relevantes. Pode não ser necessário traduzir os documentos comprovativos. É aconselhável colocar esta questão diretamente ao tribunal.

3.10 É necessário enviar mais algum elemento ou documento juntamente com o pedido? – GP 3.3

Quando o tribunal exige o pagamento de uma taxa para a abertura do processo, pode ser necessário informá-lo sobre o modo de pagamento dessa taxa. No formulário de requerimento está prevista uma secção para esse efeito (ver ponto 2.1 acima). Em alguns Estados-Membros é exigido o pagamento dessa taxa antes do início do processo.

Pode ser útil o tribunal ter conhecimento prévio das provas que o requerente pretende vir a apresentar se a ação for contestada, incluindo os nomes das testemunhas e de eventuais peritos médicos, técnicos ou outros.

3.11 O que acontece quando o tribunal recebe o formulário de requerimento? – GP 4.1.1 e 4.1.2

O tribunal começa por verificar o formulário de requerimento e os documentos que o acompanham para se certificar do seu preenchimento correto, verificando em seguida se a ação se enquadra no âmbito do PEAPM e, por último, se tem ou não fundamento.

O tribunal informará o requerente se a ação não se enquadrar no âmbito do PEAPM ou se considerar que a ação não tem fundamento. Também pode solicitar ao requerente para completar ou retificar o formulário de requerimento.

3.12 Pedido para retificar o formulário de requerimento – GP 4.1.3

O tribunal pode enviar ao requerente um formulário (formulário B) para este completar ou retificar o formulário de requerimento. Tal pode implicar alterar a língua em que o pedido é apresentado e acrescentar informações adicionais exigidas pelo tribunal para que o mesmo possa decidir se a ação se enquadra no âmbito do PEAPM ou se tem fundamento, ou simplesmente para corrigir eventuais erros óbvios.

O tribunal fixa o prazo em que o requerente deve responder ao pedido feito no formulário B. Se o requerente não completar ou retificar o formulário de requerimento no prazo especificado pelo tribunal, o pedido será indeferido. Em circunstâncias excecionais, o prazo pode ser prorrogado pelo tribunal se este considerar que é necessário para salvaguardar os direitos das partes.

3.13 O que acontece se o tribunal considerar que a ação não se enquadra no âmbito do PEAPM? – GP 4.1.2

Se o tribunal considerar que a ação não se enquadra no âmbito do PEAPM, não rejeita o pedido; o requerente tem a possibilidade de retirar a ação e, se não o fizer, o tribunal pode apreciar o pedido por meio do procedimento nacional mais adequado.

3.14 O que acontece se o tribunal rejeitar o pedido? – GP 4.1.1

A rejeição do pedido nesta fase constitui uma decisão de natureza processual e não tem consequências para o mérito da causa. Assim sendo, o requerente pode apresentar de novo o pedido, quer no âmbito do PEAPM (tendo em conta o motivo que levou à rejeição do pedido inicial) quer de um procedimento nacional adequado.

3.15 Quem notifica o pedido ao requerido? – GP 4.2

O tribunal preenche a parte I do formulário de resposta (formulário C) e envia-a ao requerido, juntamente com cópias dos documentos comprovativos, se for o caso, no prazo máximo de 14 dias a contar da receção do formulário de requerimento devidamente preenchido ou retificado.

QUARTA PARTE

Resposta ao pedido



4.1 Opções à disposição do requerido após notificação do pedido – GP 4

O requerido pode optar por responder ao pedido, após a sua notificação, ou nada fazer.

4.2 Consequências em caso de falta de resposta ao pedido

Se o requerido não responder ao pedido no prazo de 30 dias após a notificação, ou no termo de uma eventual prorrogação do prazo permitida pelo tribunal (ver ponto 3.3), o tribunal decidirá sobre o pedido.

4.3 Resposta ao pedido – GP 4.3

O requerido pode utilizar a parte II do formulário C para responder ao pedido ou, na sua falta, também pode fazê-lo através de qualquer outro meio adequado. A resposta deve ser acompanhada dos documentos pertinentes que sustentam a alegação do requerido. A resposta deve ser apresentada no prazo de 30 dias a contar da notificação. Este prazo de 30 dias pode ser prorrogado pelo tribunal em circunstâncias excecionais, se necessário, para salvaguardar os direitos das partes. O pedido de prorrogação tem de ser apresentado ao tribunal em conformidade com os procedimentos adequados do tribunal em causa.

4.4 Opções de resposta ao pedido – GP 4.3

O requerido dispõe de várias opções para responder ao pedido, nomeadamente:

- Pagar o montante reclamado para resolver o litígio;
- Reconhecer o pedido quanto ao mérito e
 - concordar que o montante reclamado é devido e proceder ao pagamento, e/ou
 - propor o pagamento integral da dívida, para resolver o litígio, mediante um montante fixo diferido ou escalonado, ou
 - contestar o montante reclamado;
- Contestar o pedido quanto ao mérito:
 - no todo ou em parte,
 - bem como o montante reclamado,
 - e apresentar um pedido reconventional utilizando o formulário de requerimento A;
- Contestar a competência do tribunal sem contestar o mérito do pedido;
- Contestar o pedido por razões processuais, tais como:
 - que o objeto do litígio está fora do âmbito do PEAPM, ou
 - que o valor do pedido excede o limite financeiro previsto pelo PEAPM, ou
 - que o litígio não é de tipo transfronteiriço⁷.

(⁷) Ver ponto 1.2.

4.5 Solicitar uma audiência. Ver também ponto 3.5

O requerido também pode solicitar uma audiência preenchendo o formulário C, parte II, ponto 3, e indicar, no ponto 2 da mesma secção, as testemunhas e outras provas, e anexar os documentos comprovativos úteis, tratando-se também de um eventual pedido reconvenicional.

NB: as regras relativas às línguas também se aplicam à resposta ao pedido e ao pedido reconvenicional (ver ponto 3.9).

4.6 O que acontece se a contestação da competência do tribunal for reconhecida? – GP 3.2.1 e 3.2.2

Se a contestação da competência do tribunal for reconhecida, por exemplo quando o pedido é dirigido contra um consumidor e não foram cumpridas as regras de competência em matéria de consumo, a ação não pode prosseguir e o requerente deve retirar o seu pedido e, se o desejar, voltar a apresentar um pedido num tribunal competente.

4.7 O que acontece se o pedido não for abrangido pelo âmbito de aplicação do PEAPM? – GP 2.1 e 4.1.2

Se o tribunal considerar que o pedido está fora do âmbito do PEAPM, seja por causa do valor do pedido ou do seu objeto, deve informar as partes no prazo de 30 dias a contar da receção da resposta do requerido. Nesse caso, a ação não pode prosseguir no âmbito do PEAPM. O requerente pode retirar o pedido e considerar intentar uma nova ação no âmbito do procedimento nacional adequado, ou o tribunal pode prosseguir com a ação de acordo com o direito processual nacional aplicável.

4.8 O que acontece se o pedido reconvenicional exceder o limite financeiro? – GP 4.4

Se o pedido reconvenicional tiver um valor superior ao limite financeiro de 5 000 euros, tanto o pedido principal como o pedido reconvenicional ficam fora do âmbito do PEAPM e não podem ser apreciados no âmbito do PEAPM. As implicações daí decorrentes são explicitadas no ponto 4.6. Para este efeito, os valores que constam do pedido reconvenicional e do pedido são aferidos separadamente, sem serem agregados.

4.9 O que pode fazer o requerente quando o requerido responde ao pedido? – GP 4.5

Uma cópia da resposta do requerido e de todos os eventuais documentos comprovativos deve ser enviada para o requerente pelo tribunal no prazo de 14 dias a contar da sua receção. O mesmo se aplica para qualquer pedido reconvenicional apresentado pelo requerido. O requerente tem 30 dias para responder ao pedido reconvenicional. Pode fazê-lo utilizando o formulário de resposta ou qualquer outro meio adequado. Tal como acontece no caso da resposta do requerido ao pedido, o prazo de 30 dias pode ser prorrogado pelo tribunal (ver ponto 4.3).

QUINTA PARTE
Chegar à decisão



5.1 Qual é o papel do tribunal na decisão do litígio? – GP 5.1

O PEAPM é, em princípio, um processo escrito e compete ao tribunal tomar a iniciativa a fim de determinar quais as provas e outras informações que são necessárias para decidir o litígio e o modo como essas provas devem ser apresentadas.

5.2 Quais são as opções à disposição do tribunal? – GP 5

O tribunal dispõe das seguintes opções:

- Solicitar informações suplementares sobre o pedido principal e/ou o pedido reconvenicional;
- Obter provas;
- Realizar uma audiência.

5.3 O que acontece se o tribunal solicitar informações suplementares às partes? – GP 4.1 e 5.2

Para além de poder solicitar informações adicionais ao requerente quando o formulário de requerimento é apresentado (ver ponto 3.12) ou ao requerido que apresenta um pedido reconvenicional, o tribunal está habilitado a solicitar informações suplementares sobre o pedido principal e/ou o pedido reconvenicional no prazo por si fixado. Este prazo não deve ser superior a 30 dias a contar da receção pelo tribunal da resposta do

requerido ao pedido principal ou, conforme o caso, da resposta do requerente ao pedido reconvenicional.

Esse prazo pode ser prorrogado em circunstâncias excepcionais, mas apenas se for necessário para salvaguardar os direitos das partes. Para esse efeito, deve ser apresentado um pedido de prorrogação ao tribunal em conformidade com os procedimentos adequados do tribunal em causa.

5.4 O que acontece se as partes não cumprirem os pedidos do tribunal? – GP 5.2

Quando o tribunal fixa um prazo para receber as informações suplementares solicitadas, deve informar as partes das consequências resultantes do facto de as não fornecerem dentro do prazo fixado, ou do incumprimento caso tenha sido concedida uma prorrogação. Essas consequências incluem a rejeição do pedido principal ou do pedido reconvenicional ou uma decisão contra a parte em incumprimento.

5.5 E se o tribunal decidir realizar uma audiência? – GP 5.3

O tribunal pode decidir realizar uma audiência se entender que não é possível formar uma decisão com base nas provas escritas ou se uma das partes o requerer e esse pedido não for recusado: ver ponto 3.5. Se o tribunal decidir realizar uma audiência, deve notificar as partes e a audiência tem de se realizar no prazo de 30 dias a contar dessa notificação. O prazo de

30 dias pode ser prorrogado em circunstâncias excepcionais, mas apenas se for necessário para salvaguardar os direitos das partes.

5.6 Quais são as provas que podem ser apresentadas na audiência? – GP 5.1, 5.4 e 5.5

Se o tribunal decidir realizar uma audiência, determinará as provas que necessita para decidir o litígio e a forma como as mesmas serão obtidas. O tribunal informará então as partes sobre as provas requeridas, incluindo depoimentos, e sobre a forma como deverão ser apresentadas. As provas podem assumir a forma de declarações escritas das partes e eventuais testemunhas, incluindo os peritos.

O tribunal pode ordenar que as provas sejam obtidas através das TIC (tecnologias da informação e comunicação), tais como a videoconferência ou outros meios tecnológicos de comunicação, se estiverem disponíveis. Apesar de, em última instância, incumbir ao tribunal determinar os testemunhos que serão ouvidos e a forma como devem ser obtidos, as partes podem sempre apresentar sugestões sobre os mesmos, nomeadamente no que se refere à utilização das TIC. Conforme referido no ponto 2.4, o tribunal deve utilizar o método menos oneroso e menos complexo na obtenção de provas, tendo em conta os custos correspondentes.

5.7 As duas partes devem comparecer na audiência?

Tendo em conta os custos que implica o depoimento oral das partes, o tribunal pode decidir não convocar uma ou nenhuma das partes ou pode determinar que as provas de uma ou das duas partes sejam apresentadas sob a forma de uma declaração escrita, que pode ser remetida ao tribunal.

5.8 É necessário ser representado por um advogado na audiência?

No âmbito do PEAPM, normalmente não é necessário ser representado por um advogado na audiência. Se uma parte o desejar pode fazê-lo, mas, mesmo que tenha ganho de causa, é possível que os custos não venham a ser totalmente reembolsados pela parte contrária: ver ponto 2.5.

5.9 Como se deve preparar para uma audiência uma parte não representada por advogado?

Tal como acontece em todas as audiências, as partes no processo (requerente e requerido) devem examinar com antecedência os argumentos apresentados pela parte contrária e verificar que dispõem de todos os dados, documentos e testemunhas necessários para a audiência.

5.10 Como é conduzida a audiência pelo tribunal? – GP 5.5

O tribunal determina todos os trâmites a seguir na audiência. Tal significa que o tribunal, para além de determinar as testemunhas que serão ouvidas, também decide sobre todas as questões processuais e informa as partes a este respeito. A audiência deve, em princípio, ser realizada recorrendo a uma tecnologia de comunicação à distância adequada, como a videoconferência ou a teleconferência, se essa tecnologia estiver à disposição do tribunal. O tribunal utilizará os meios tecnológicos disponíveis, salvo se a sua utilização, tendo em conta as circunstâncias específicas do caso, não for adequada para assegurar a tramitação equitativa do processo.

As partes não são obrigadas a proceder a uma apreciação jurídica do pedido principal nem do eventual pedido reconvenicional; este aspeto incumbe ao tribunal. O tribunal esforça-se igualmente, a todo o momento, por chegar à resolução do litígio entre as partes.

5.11 Quando é que o tribunal profere a sua decisão? – GP 6.1

O tribunal profere a sua decisão num dos seguintes momentos:

- Quando uma parte não cumpriu alguma das medidas necessárias no âmbito do PEAPM no prazo previsto, estando assim em incumprimento, o tribunal pode proferir uma decisão contra essa parte, após o termo do prazo em questão (ver igualmente GP 6.1.1 e 6.1.2);
- No prazo de 30 dias a contar da receção da resposta ao pedido principal ou, se for o caso, ao pedido reconvenicional, quando o tribunal

decide não realizar uma audiência e não necessita de informações suplementares das partes;

- No prazo de 30 dias a contar da receção de todas as informações solicitadas pelo tribunal, quando solicitou informações suplementares a uma parte e esta as forneceu no prazo fixado;
- No prazo de 30 dias a contar da obtenção das provas, sem realizar uma audiência;
- No prazo de 30 dias a contar da realização da audiência.

Se o tribunal não proferir a sua decisão no prazo de 30 dias, deve tomar medidas para o fazer o mais rapidamente possível depois do termo desse prazo.

5.12 Como é comunicada a decisão às partes? – GP 6.3

O tribunal deve notificar a decisão às partes. Normalmente, a decisão é notificada imediatamente após a sua pronúncia e, de preferência, nos prazos mencionados no ponto 5.11. Se a decisão não for notificada às partes nos dias que se seguem ao termo desses prazos, sugere-se que as partes contactem o tribunal para saber se a decisão foi emitida e, em caso afirmativo, quando foi ou deve ser notificada.

SEXTA PARTE
Após a decisão



6.1 O que podem fazer as partes após a pronúncia da decisão do tribunal? – GP 7 e 8

A parte a favor da qual a decisão foi proferida pode tomar medidas para fazer executar a decisão. Para o efeito, a decisão pode ser executada noutro Estado-Membro da UE:

- Como se tivesse sido proferida nesse Estado-Membro;
- Sem necessidade de qualquer procedimento especial;
- Sem necessidade de uma declaração de executoriedade;
- Independentemente da possibilidade de apresentar recurso;
- Sem necessidade de um endereço postal nem de um representante autorizado nesse Estado-Membro; e
- Sem necessidade de qualquer caução ou garantia.

6.2 O que é necessário para dar execução à decisão? – GP 8.2

A parte que requer a execução deve apresentar uma cópia da decisão e uma certidão emitida pelo tribunal. Qualquer das partes pode solicitar uma certidão relativa à decisão proferida, que é emitida pelo tribunal utilizando o formulário D.

6.3 Em que língua deve ser emitida a certidão? – GP 8.1.1 e 8.3.2

A parte que requer a execução deve comunicar ao tribunal o Estado-Membro de execução e, se neste último existir mais de uma língua oficial, também deve comunicar o lugar específico desse Estado em que pretende dar execução à decisão. A certidão deve ser apresentada ou acompanhada de uma tradução na língua oficial do Estado-Membro onde é solicitada a execução ou noutra língua que esse Estado indicou aceitar.

O tribunal fornece a essa parte, a pedido, uma certidão em qualquer outra língua oficial das instituições da União, utilizando o formulário interativo multilíngue disponível no Portal Europeu da Justiça. O tribunal não é obrigado a fornecer a tradução e/ou transliteração do texto introduzido nos campos de texto livre dessa certidão; incumbe à parte que requer a execução assegurar essa tradução ou transliteração.

6.4 Que medidas deve adotar a parte que pretende obter a execução da decisão antes de avançar para a execução formal?

O credor, ou seja, a parte a favor da qual a decisão foi proferida, faria bem em ponderar todos os elementos que indicam se vale a pena executar a decisão. Faz sentido começar por escrever formalmente ao devedor condenado a solicitar o pagamento ou a execução por força da decisão, advertindo-o de que, caso contrário, procederá à execução formal, com as inevitáveis consequências em termos de despesas adicionais a cargo do próprio devedor.

6.5 O credor pode obter informações sobre os métodos de execução? – GP 8.5.2

O credor pode obter informações sobre os sistemas de execução dos Estados-Membros da UE no Portal Europeu da Justiça. Essas informações dizem respeito aos procedimentos nacionais de execução e incluem os nomes e os endereços dos agentes de execução nos diferentes Estados-Membros.

6.6 É possível recorrer da decisão? – GP 7.2

O direito de cada Estado-Membro da UE determina se é possível ou não recorrer da decisão. O Portal Europeu da Justiça também disponibiliza informações sobre as possibilidades de recurso.

6.7 Existe alguma possibilidade de revisão da decisão? – GP 7.1

O requerido tem o direito de requerer a revisão da decisão proferida em PEAPM perante o tribunal competente do Estado-Membro da UE em que a mesma foi proferida, se:

- O formulário de requerimento não lhe tiver sido notificado ou, em caso de audiência, não lhe tiver sido notificado em tempo útil e de forma a permitir-lhe preparar a sua defesa; ou
- Não tiver podido contestar o pedido por motivos fora do seu controlo ou devido a outras circunstâncias extraordinárias, sem que tal facto possa ser-lhe imputável.

A revisão não é possível se o requerido, embora tivesse tido a possibilidade de contestar a decisão, não o tiver feito, particularmente através da interposição de um recurso.

O pedido de revisão deve ser apresentado num prazo de 30 dias a contar do dia em que o requerido tomou conhecimento do conteúdo da decisão e teve a possibilidade de reagir.

NB: não é possível requerer a revisão da decisão no Estado-Membro em que é solicitada a execução.

6.8 Quais são as consequências da revisão? – GP 7.1.2

Se a revisão for rejeitada, a decisão continua a ser válida e executória. Se a revisão for considerada justificada, a decisão é declarada nula e sem efeito e o requerente terá de intentar uma nova ação.

6.9 A execução pode ser recusada? – GP 8.4

O devedor pode solicitar ao tribunal competente do Estado-Membro de execução que recuse a execução da decisão, alegando que a decisão é incompatível com uma decisão anteriormente proferida num Estado-Membro ou num país fora da UE.

6.10 A execução pode ser limitada ou adiada? – GP 8.4.3

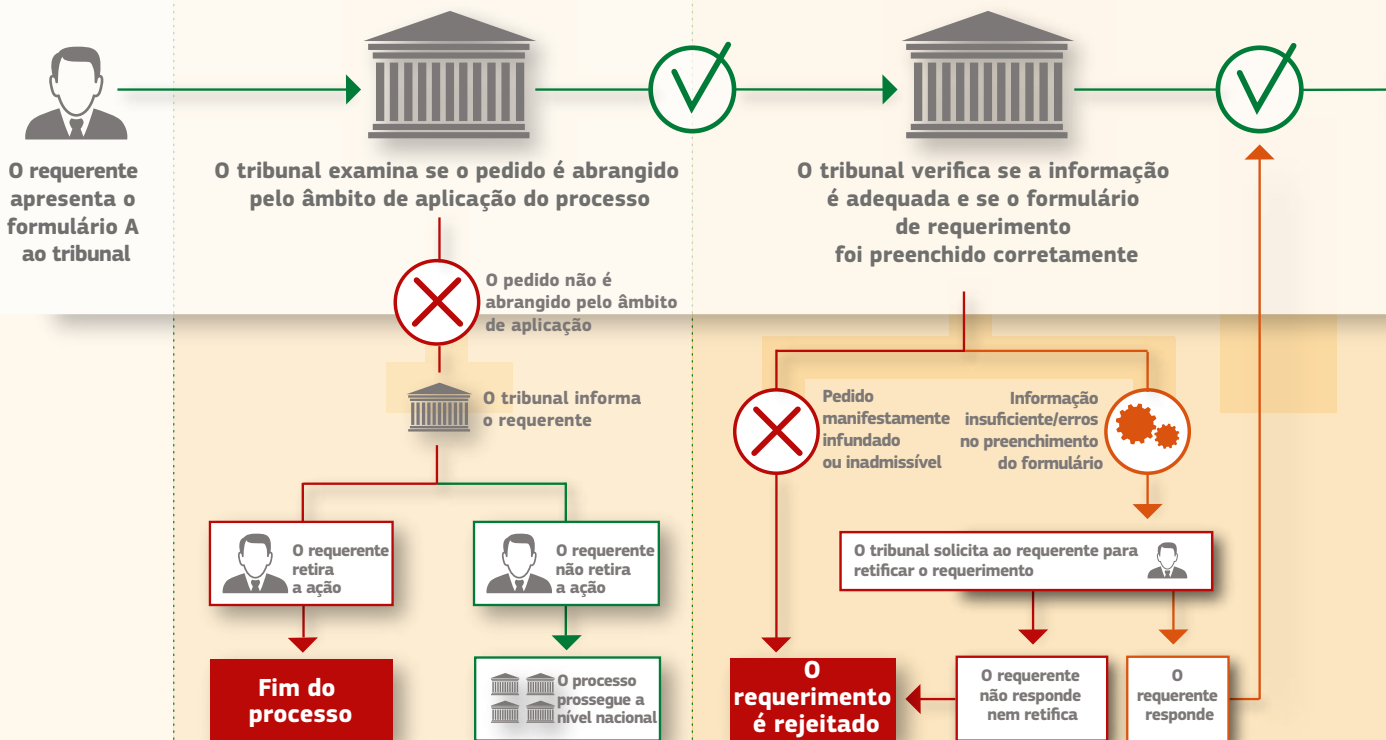
A parte contra a qual a execução é requerida pode solicitar ao tribunal ou à autoridade competente do Estado-Membro de execução que limite ou adie a execução da decisão ou que seja constituída uma garantia ou caução, caso:

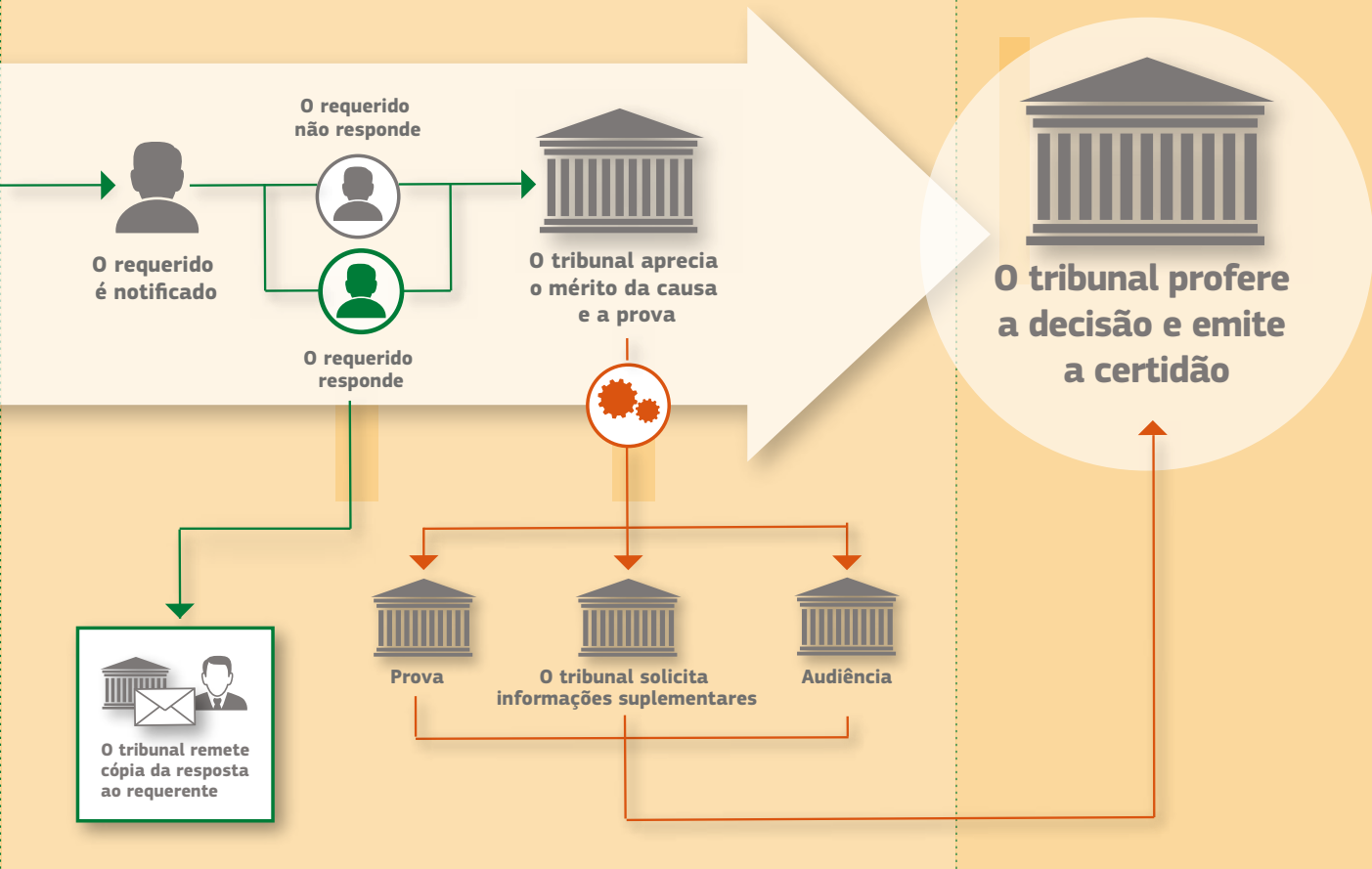
- Uma parte tenha recorrido de uma decisão proferida no âmbito do PEAPM; ou
- Ainda seja possível contestar uma decisão; ou
- Uma parte tenha apresentado um pedido de revisão da decisão.

Diagrama para a utilização do processo

O diagrama seguidamente apresentado ilustra os passos essenciais de uma ação intentada a título do PEAPM. Não visa apresentar uma panorâmica completa de todos os elementos possíveis do processo nem descrever os aspetos que são regidos, em particular, pelo direito processual nacional dos Estados-Membros.

Processo europeu para **ações de pequeno montante**





Material de referência e hiperligações

O Portal Europeu da Justiça é um ponto único de acesso a todas as informações pertinentes sobre o PEAPM. A responsabilidade pelas informações prestadas sobre o PEAPM é partilhada entre os Estados-Membros e a Comissão Europeia.

A) Formulários a utilizar no processo europeu para ações pequeno montante

https://e-justice.europa.eu/content_small_claims_forms-177-pt.do

B) Informações nacionais sobre a utilização do processo, incluindo os órgãos jurisdicionais competentes e outras informações nos termos do artigo 25.º

https://e-justice.europa.eu/content_small_claims-354-pt.do

Regulamento (CE) n.º 861/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de julho de 2007, que estabelece um processo europeu para ações de pequeno montante, com a redação que lhe foi dada pelo Regulamento (UE) 2015/2421 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2015, que altera o Regulamento (CE) n.º 861/2007 que estabelece um processo europeu para ações de pequeno montante e o Regulamento (CE) n.º 1896/2006 que cria um procedimento europeu de injunção de pagamento.

PRINT	ISBN 978-92-76-08294-1	doi:10.2838/71329	DS-01-19-470-PT-C
PDF	ISBN 978-92-76-03907-5	doi:10.2838/64603	DS-01-19-470-PT-N

É necessário obter autorização junto dos detentores dos direitos de autor para a utilização ou reprodução de fotografias ou outro material que não esteja protegido pelos direitos de autor da UE.

Foto da capa: © Shutterstock

Fotos interiores: © Shutterstock

© União Europeia, 2019

Reprodução autorizada mediante indicação da fonte.

Visite o Portal Europeu da Justiça para mais informações sobre a justiça civil na UE:
<https://e-justice.europa.eu/home.do?plang=pt&action=home>

Siga-nos



<https://www.facebook.com/EUJustice/>



https://twitter.com/EU_commission



Serviço das Publicações
da União Europeia

Rede Judiciária Europeia
em matéria civil e comercial

